

Fique seguro.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros (anteriormente denominada "Companhia de Seguros Aliança do Brasil"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

A Brasilseg Companhia de Seguros atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Em 30 de novembro de 2018 a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do 2º aditivo ao acordo de parceria do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE.

A partir de 30 de novembro de 2018, as empresas BB MAPFRE Participações S.A. (anteriormente denominada "BB MAPFRE SH1 Participações S.A."), Brasilseg Companhia de Seguros e Aliança do Brasil Seguros S.A. formam o novo Grupo Brasilseg.

Prêmios emitidos

Em 2019, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 8.490,0 milhões, crescimento de 15,1% em relação ao exercício anterior. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento nas vendas de seguros prestamistas, que registraram crescimento de 45,1% ante os mesmos meses de 2018. Destacamos ainda a carteira de agronegócios, que registrou crescimento de 10,8% no período.

A Companhia manteve a liderança na carteira de Agronegócios, com 59,8% do mercado e a 3ª posição na carteira de seguros de pessoas, com 11,9% de participação (Fonte SUSEP - dados disponíveis até novembro de 2019).

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 352,0 milhões, com redução de 10,6% em relação ao ano anterior, impactada, principalmente, pela reclassificação da atualização monetária e juros de provisão de sinistros a liquidar judicial, entre as rubricas de sinistros avisados e despesa financeira, realizada no primeiro semestre de 2019.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 830,4 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2019 foi de 78,6%, com aumento de 4,6 p.p. em relação ao exercício anterior. As alterações no índice decorrem principalmente de movimentações de provisões técnicas que se lucrificaram positivamente o resultado de 2018.

Lucro líquido e por ação

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 1.399,8 milhões, redução de 7,1% em relação ao ano anterior. O lucro líquido por ação foi de R\$ 2.003,20 em 2019, ante R\$ 2.156,05 em 2018.

Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos no montante de R\$ 42,5 milhões, destinados, basicamente, à aquisição de sistemas de informática, equipamentos, móveis, veículos e outros ativos.

Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:
i. cumprimento das provisões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;
ii. prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em Lei e limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;
iii. obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem; e
iv. distribuição à Acionista, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Companhia.
Em 2019 foi deliberada pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, a distribuição de lucros no total de R\$ 1.562,9 milhões na forma de dividendos, em reuniões realizadas em 14 de janeiro, 11 de fevereiro, 18 de março, 08 de abril, 13 de maio, 16 de agosto, 18 de setembro, 16 de outubro, 14 de novembro e 13 de dezembro de 2019.

Conforme previsto no Estatuto da Brasilseg Companhia de Seguros, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2019 | 2018 |
|--|------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | 7.872.918 | 6.981.960 |
| Disponível | | 887 | 2.025 |
| Caixa e bancos | 5 | 887 | 2.025 |
| Equivalentes de caixa | 5 | 705 | 16.282 |
| Aplicações | | 4.515.918 | 3.844.430 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 1.607.724 | 1.513.599 |
| Prêmios a receber | 8 | 1.512.014 | 1.301.083 |
| Operações com seguradoras | | - | 20.167 |
| Operações com resseguradoras | 9a | 95.710 | 192.349 |
| Outros créditos operacionais | | 63.835 | 28.829 |
| Ativos de resseguro e retrocessão | | 580.126 | 665.755 |
| Títulos e créditos a receber | | 83.064 | 80.792 |
| Títulos e créditos a receber | 11a | 5.214 | 4.190 |
| Créditos tributários e previdenciários | 26b | 55.881 | 52.706 |
| Outros créditos | 11b | 21.969 | 23.896 |
| Outros valores e bens | | 534 | 833 |
| Bens a venda | | 377 | 559 |
| Outros valores | | 157 | 274 |
| Despesas antecipadas | | 8.421 | 8.713 |
| Custos de aquisição diferidos | | 1.011.704 | 820.702 |
| Seguros | 19 | 1.011.704 | 820.702 |
| Ativo não circulante | | 5.529.282 | 5.349.673 |
| Realizável a longo prazo | | 5.390.562 | 5.177.360 |
| Aplicações | | 2.133.503 | 2.123.545 |
| Créditos das operações com seguros e resseguros | | 1.003.981 | 892.218 |
| Prêmios a receber | 8 | 1.003.981 | 892.218 |
| Ativos de resseguro e retrocessão | | 93.912 | 45.664 |
| Títulos e créditos a receber | | 990.799 | 1.034.988 |
| Créditos tributários e previdenciários | 26b | 168.624 | 150.251 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 23 | 822.175 | 884.737 |
| Custos de aquisição diferidos | | 1.168.367 | 990.945 |
| Seguros | 19 | 1.168.367 | 990.945 |
| Investimento | | 896 | 823 |
| Participações societárias | | 896 | 823 |
| Imobilizado | | 53.413 | 55.348 |
| Bens móveis | 12 | 30.696 | 36.185 |
| Outras imobilizações | | 22.717 | 19.163 |
| Intangível | | 114.411 | 116.142 |
| Outros intangíveis | 13 | 114.411 | 116.142 |
| Total do ativo | | 13.432.200 | 12.331.633 |

| Passivo | Nota | 2019 | 2018 |
|--|------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | 7.153.319 | 6.532.384 |
| Contas a pagar | | 369.447 | 508.108 |
| Obrigações a pagar | 14 | 112.117 | 82.458 |
| Encargos trabalhistas | | 17.489 | 15.613 |
| Impostos e contribuições | | 12.832 | 11.617 |
| Prêmios a restituir | | 227.009 | 398.420 |
| Débitos de operações com seguros e resseguros | | 1.861.821 | 1.487.776 |
| Prêmios a restituir | 15 | 38.530 | 25.039 |
| Operações com seguradoras | | 2.789 | 2.223 |
| Operações com resseguradoras | 9b | 322.787 | 311.455 |
| Corretores de seguros e resseguros | 16 | 1.205.162 | 909.646 |
| Outros débitos operacionais | 17 | 292.553 | 239.413 |
| Depósitos de terceiros | | 6.060 | 17.117 |
| Provisões técnicas - seguros | | 4.915.991 | 4.519.383 |
| Danos | 20 | 2.446.427 | 2.315.836 |
| Pessoas | 19 | 2.058.973 | 1.877.203 |
| Vida individual | | 410.591 | 326.344 |
| Passivo não circulante | | 4.880.041 | 4.229.531 |
| Provisões técnicas - seguros | | 2.518.118 | 3.581.054 |
| Danos | 19 | 427.005 | 182.964 |
| Pessoas | | 3.945.282 | 3.390.431 |
| Vida individual | | 15.831 | 7.659 |
| Outros débitos | | 661.923 | 648.477 |
| Provisões judiciais | 23 | 661.923 | 648.477 |
| Patrimônio líquido | | 1.398.840 | 1.569.718 |
| Capital social | 24 | 655.745 | 655.745 |
| Reservas de lucros | | 727.166 | 890.301 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 15.929 | 23.672 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 13.432.200 | 12.331.633 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reservas de lucros | Ajustes com títulos e valores mobiliários | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|---|-------------------|------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2018 | 655.745 | 131.149 | 755.881 | 11.030 | 1.553.805 |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | - | 12.642 | 12.642 |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de janeiro de 2018 | - | - | (115.600) | - | (115.600) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018 | - | - | (411.300) | - | (411.300) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018 | - | - | (15.000) | - | (15.000) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 09 de abril de 2018 | - | - | (20.700) | - | (20.700) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 07 de maio de 2018 | - | - | (134.500) | - | (134.500) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018 | - | - | (58.781) | - | (58.781) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 1.506.570 | 1.506.570 |
| Distribuição do resultado: | - | - | - | - | - |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018 | - | - | - | (132.118) | (132.118) |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 20 de agosto de 2018 | - | - | - | (395.600) | (395.600) |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de setembro de 2018 | - | - | - | (16.500) | (16.500) |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de dezembro de 2018 | - | - | - | (143.200) | (143.200) |
| Juros sobre capital próprio - Reunião de Diretoria em 10 de dezembro de 2018 | - | - | - | (60.000) | (60.000) |
| Reserva de investimentos | - | - | 759.152 | (759.152) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 655.745 | 131.149 | 759.152 | 23.672 | 1.569.718 |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | - | (7.743) | (7.743) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 14 de janeiro de 2019 | - | - | (207.500) | - | (207.500) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 11 de fevereiro de 2019 | - | - | (95.300) | - | (95.300) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 18 de março de 2019 | - | - | (24.700) | - | (24.700) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de abril de 2019 | - | - | (67.900) | - | (67.900) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 13 de maio de 2019 | - | - | (345.100) | - | (345.100) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 16 de agosto de 2019 | - | - | (18.400) | - | (18.400) |
| Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 18 de setembro de 2019 | - | - | (252) | - | (252) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 1.399.765 | 1.399.765 |
| Distribuição do resultado: | - | - | - | - | - |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 18 de setembro de 2019 | - | - | - | (241.048) | (241.048) |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 16 de outubro de 2019 | - | - | - | (366.800) | (366.800) |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 14 de novembro de 2019 | - | - | - | (109.500) | (109.500) |
| Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 13 de dezembro de 2019 | - | - | - | (86.400) | (86.400) |
| Reserva de investimentos | - | - | 596.017 | (596.017) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 655.745 | 131.149 | 596.017 | 15.929 | 1.398.840 |

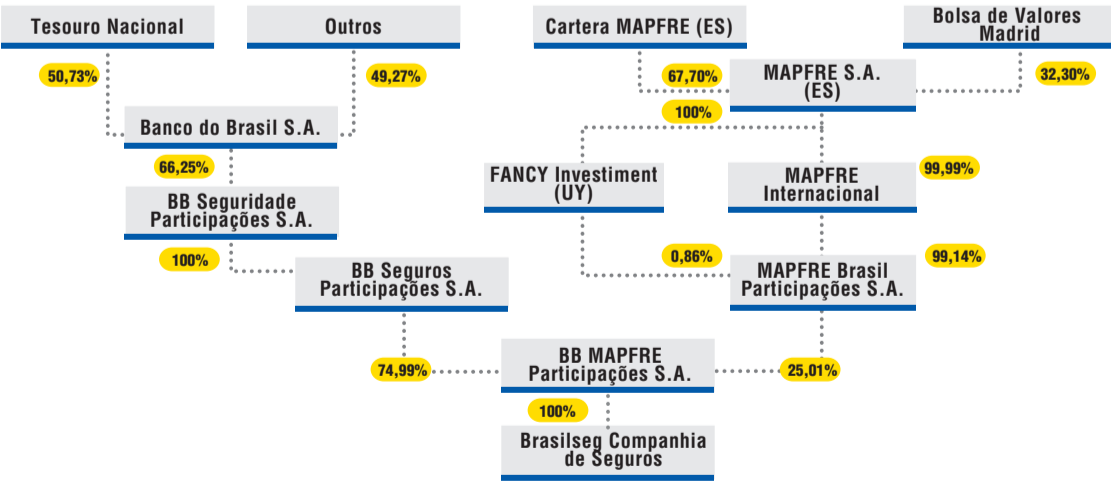
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilseg Companhia de Seguros (atual denominação da Companhia de Seguros Aliança do Brasil), doravante designada por "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob nº 28.196.889/0001-43.

A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. A modificação da denominação social da Companhia, anteriormente denominada Companhia de Seguros Aliança do Brasil, foi aprovada através da Portaria SUSEP nº 201 de 11 de julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pelas Portarias SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012 e nº 1.287 de 26 de fevereiro de 2019:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 07 de fevereiro de 2020. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o reconhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. **e)** Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro; **f)** Notas 3r, 3m, 19, 20 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; **g)** Notas 3r e 25j - Arrendamento e determinação de um contrato contém um arrendamento; **h)** Nota 6 - Aplicações; **i)** Nota 8 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); **j)** Nota 23 - Provisões judiciais; e **k)** Nota 26b - Créditos tributários e previdenciários. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não**

adotadas: **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações à IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária à IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016, 2017, 2018 e 2019, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disto, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária da IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva da IFRS 17. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece o princípio para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O novo pronunciamento altera de maneira mais abrangente a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS) entrou em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2022. Os normativos, CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii.* **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados

NATAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

parcelas vincendas de um devedor em atraso (arrastor). O referido estudo foi adotado a partir de junho de 2018, e anteriormente a esta data, a Companhia, utilizava-se dos critérios de apuração da redução ao valor recuperável determinados na Circular SUSEP 544/2016. A mudança da metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável, não teve impacto significativo para as demonstrações financeiras. Vale ressaltar que o estudo acima mencionado não se aplica para as operações de coseguro aceito e, sendo assim, a RVR para esses riscos é calculada seguindo a Circular SUSEP. A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 13 meses. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e beneficiárias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos bens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a equipamentos de informática e mobiliário com diversas empresas, com prazos de 36 e 60 meses. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando os prazos divulgada na nota explicativa nº 12. **g) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentados na nota explicativa nº 13. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **h) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **i) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **j) Operações com o Convênio DPVAT:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos valores recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 338/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **k) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco assumido excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar a durabilidade dos segurados por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro, relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de identificação de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3d iii. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, incluindo as operações de coseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de coseguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer e calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de supervit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocultos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocultos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes aos riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PING-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a experiência histórica da Companhia ou dada as características de determinados produtos foi utilizada a tábua de mortalidade (BR-EMS 2015), resultando na sinistralidade de 36,71% para a Companhia. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR. Após a publicação da Circular SUSEP nº 534/2016 em dezembro de 2016, em alteração à Circular SUSEP nº 517/2015, tornar-se-á obrigatória a partir de 31 de dezembro de 2019 a compensação dos resultados parciais dentro das segregações previstas na Circular SUSEP nº 517/2015. Isto implica que os resultados dos produtos deficitários devem ser compensados pelos resultados dos produtos superavitários, dentro do mesmo fluxo de cálculo do TAP. A Companhia efetuou a adoção deste requerimento de maneira antecipada, conforme faculdade prevista na norma, na data-base de 30 de junho 2018, ocasião em que, adicionalmente, para considerado no cálculo do TAP, horizonte temporal de um ano para o produto OVR (Ouro Vida Revisado) conforme prazo de vigência da apólice e avaliações da Companhia. O resultado do teste de adequação de passivos realizados de acordo com os critérios acima descrito não revelou a necessidade de constituição de PCC na data-base de 31 de dezembro de 2019. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FSR) provisionadas mensalmente. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, a Companhia realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos relacionados ao equipamento de informática transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade sendo classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, os arrendamentos mercantis financeiros são registrados de acordo com a política contábil aplicável como ativos e passivos no balanço patrimonial por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Os demais arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são impostos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

| Região geográfica | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|------------------|------------|------------------|------------|----------------|-----------|------------------|-------------|---------------------------|------------|------------------|------------|----------------|-----------|------------------|-------------|
| | Vida | % | Rural | % | Demais | % | Total | % | Líquido de resseguro (**) | | | | | | | |
| Centro-Oeste | 837.522 | 10% | 1.011.168 | 12% | 38.994 | 0% | 1.887.684 | 22% | 837.522 | 11% | 715.149 | 9% | 38.968 | 1% | 1.591.639 | 21% |
| Nordeste | 924.949 | 11% | 257.966 | 3% | 59.394 | 1% | 1.242.309 | 15% | 924.949 | 12% | 192.881 | 2% | 59.356 | 1% | 1.177.186 | 15% |
| Norte | 299.924 | 4% | 153.989 | 2% | 14.443 | 0% | 468.356 | 6% | 299.924 | 4% | 128.686 | 2% | 14.432 | 0% | 443.042 | 6% |
| Sudeste | 2.030.357 | 24% | 769.676 | 9% | 125.849 | 1% | 2.925.882 | 34% | 2.030.357 | 26% | 648.022 | 8% | 123.210 | 2% | 2.794.887 | 36% |
| Sul | 864.744 | 10% | 1.003.491 | 12% | 54.812 | 1% | 1.923.047 | 23% | 864.744 | 11% | 797.491 | 10% | 54.763 | 1% | 1.716.998 | 22% |
| Total | 4.957.496 | 59% | 3.196.290 | 38% | 293.492 | 3% | 8.447.278 | 100% | 4.950.794 | 64% | 2.482.229 | 31% | 290.729 | 5% | 7.723.752 | 100% |

| Região geográfica | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|------------------|------------|------------------|------------|----------------|-----------|------------------|-------------|---------------------------|------------|------------------|------------|----------------|-----------|------------------|-------------|
| | Vida | % | Rural | % | Demais | % | Total | % | Líquido de resseguro (**) | | | | | | | |
| Centro-Oeste | 702.638 | 9% | 901.130 | 12% | 37.069 | 1% | 1.640.837 | 22% | 702.067 | 10% | 591.471 | 9% | 36.628 | 1% | 1.330.166 | 20% |
| Nordeste | 773.519 | 10% | 231.896 | 3% | 53.214 | 1% | 1.058.629 | 14% | 773.520 | 12% | 162.632 | 2% | 52.469 | 1% | 988.621 | 15% |
| Norte | 231.860 | 3% | 140.221 | 2% | 13.137 | 0% | 385.218 | 5% | 231.860 | 4% | 110.469 | 2% | 12.790 | 0% | 355.119 | 6% |
| Sudeste | 1.686.687 | 23% | 678.022 | 9% | 118.040 | 2% | 2.482.749 | 34% | 1.675.567 | 26% | 551.123 | 8% | 117.557 | 2% | 2.344.247 | 36% |
| Sul | 772.624 | 11% | 934.809 | 13% | 51.077 | 1% | 1.758.510 | 25% | 772.625 | 12% | 682.283 | 10% | 50.818 | 1% | 1.505.726 | 23% |
| Total | 4.167.328 | 56% | 2.886.078 | 39% | 272.537 | 5% | 7.325.943 | 100% | 4.155.639 | 64% | 2.097.978 | 31% | 270.262 | 5% | 6.523.879 | 100% |

responsabilidade da Direção monitorar as exposições a riscos e avaliar periodicamente a eficácia da EGR, por intermédio de insumos providos pelo Gestor de Riscos e pela Comissão de Riscos, Segurança e Sustentabilidade (CRSS). A Auditoria Interna deve avaliar, no mínimo anualmente, o atendimento dos dispositivos estabelecidos na legislação, sendo admitida a adoção de enfoque de rotação de ênfase, assegurando-se que todos os processos relevantes para a EGR sejam auditados pelo menos uma vez a cada 3 anos. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. O escopo da Auditoria Interna, além da avaliação da EGR, está voltado ao eixo e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. A Auditoria Interna fornece, assim, análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo o caso razoável. Essa abordagem, multicamadas proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital e liquidez, dentre outras. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o Grupo Brasilseg conta com os seguintes comitês: **• Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** Constituída como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo Brasilseg, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Brasilseg. **• Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e

| Região geográfica | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|------------------|------------|------------------|------------|----------------|-----------|------------------|-------------|---------------------------|------------|------------------|------------|----------------|-----------|------------------|-------------|
| | Vida | % | Rural | % | Demais | % | Total | % | Líquido de resseguro (**) | | | | | | | |
| Centro-Oeste | 702.638 | 9% | 901.130 | 12% | 37.069 | 1% | 1.640.837 | 22% | 702.067 | 10% | 591.471 | 9% | 36.628 | 1% | 1.330.166 | 20% |
| Nordeste | 773.519 | 10% | 231.896 | 3% | 53.214 | 1% | 1.058.629 | 14% | 773.520 | 12% | 162.632 | 2% | 52.469 | 1% | 988.621 | 15% |
| Norte | 231.860 | 3% | 140.221 | 2% | 13.137 | 0% | 385.218 | 5% | 231.860 | 4% | 110.469 | 2% | 12.790 | 0% | 355.119 | 6% |
| Sudeste | 1.686.687 | 23% | 678.022 | 9% | 118.040 | 2% | 2.482.749 | 34% | 1.675.567 | 26% | 551.123 | 8% | 117.557 | 2% | 2.344.247 | 36% |
| Sul | 772.624 | 11% | 934.809 | 13% | 51.077 | 1% | 1.758.510 | 25% | 772.625 | 12% | 682.283 | 10% | 50.818 | 1% | 1.505.726 | 23% |
| Total | 4.167.328 | 56% | 2.886.078 | 39% | 272.537 | 5% | 7.325.943 | 100% | 4.155.639 | 64% | 2.097.978 | 31% | 270.262 | 5% | 6.523.879 | 100% |

(**) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ 3.152 e R\$ 39.635 (R\$ 39.813) e R\$ 87.208 em 31 de dezembro de 2018). (***) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 3.473 (R\$ 1.763 em 31 de dezembro de 2018).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de IBNR (a): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

| | Total | Sensibilidade | Impacto no resultado/PL (bruto de impostos) |
|------------------------------|---------|---|---|
| | | | 2019 |
| a. Provisões técnicas | | Alteração das principais premissas das provisões técnicas | (20.516) |
| a1. IBNR | Aumento | Elevação de 5% do IBNR | (20.516) |
| b. Sinistralidade | Aumento | Elevação de 5% na sinistralidade | (89.507) |

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a

| Ativos financeiros - rating | AAA | AA+ | AA | AA- | A+ | A | BBB- | BB+ | BB- | B- | sem rating | Total |
|--|------------------|----------------|---------------|---------------|--------------|----------|----------|----------|--------------|--------------|------------|------------------|
| Títulos de renda fixa públicos (*) | 6.218.397 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 6.218.397 |
| Certificado de depósito bancário | - | - | - | 15.393 | - | - | - | - | - | - | - | 15.393 |
| Debêntures | 58.467 | 15.580 | 29.745 | 4.422 | 8.058 | - | - | - | 4.765 | - | - | 121.307 |
| Depósito a prazo com garantia especial | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 5.386 | - | 5.386 |
| Letras financeiras | 50.058 | 229.957 | 8.234 | - | - | - | - | - | - | - | - | 288.249 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 959 | 959 |
| Total | 6.326.922 | 245.537 | 37.979 | 19.815 | 8.058 | - | - | - | 4.765 | 5.386 | 959 | 6.649.421 |

| Ativos financeiros - rating | AAA | AA+ | AA | AA- | A+ | A | BBB- | BB+ | BB- | B- | sem rating | Total |
|--|------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|----------|----------|------------|------------------|
| Títulos de renda fixa públicos (*) | 5.708.234 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 5.708.234 |
| Certificado de depósito bancário | - | 3.950 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3.950 |
| Debêntures | 127.307 | - | 14.879 | 6.593 | 19.711 | 4.550 | - | 3.201 | - | - | - | 176.241 |
| Depósito a prazo com garantia especial | - | - | - | - | - | - | 5.046 | - | - | - | - | 5.046 |
| Letras financeiras | 150.849 | 13.655 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 164.504 |
| Total | 5.986.390 | 17.605 | 14.879 | 6.593 | 19.711 | 4.550 | 5.046 | 3.201 | - | - | - | 6.057.975 |

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 3.283.810 (R\$ 2.986.507 em 31 de dezembro de 2018) com lastro em títulos públicos e convênio DPVAT.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

| Títulos | Hierarquia de valor justo | Vencimento | | | | Ativos | | | | Total | | |
|---|---------------------------|------------------|-------------------|---------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------|-----------------|-----------------------------------|-------------|------------------|-------------|
| | | Até 1 ano (A) | De 1 a 5 anos (B) | Acima de 5 anos (C) | Sem vencimento (D) | Valor contábil (E = A + B + C + D) | Valor de curva (F) | Valor justo (G) | Ganho/perda não realizada (G - F) | 2019 (E) | % (H) | 2018 (H) |
| Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado | 20.855 | 332.325 | 56.558 | 3.676.722 | 4.086.460 | 4.086.245 | 4.086.460 | 215 | 4.086.460 | 62% | 3.502.638 | 58% |
| Fundos de investimentos | 20.855 | 332.325 | 56.558 | 3.676.722 | 4.086.460 | 4.086.245 | 4.086.460 | 215 | 4.086.460 | 100% | 3.502.638 | 100% |
| Debêntures | 2 | 611 | 115.661 | - | 116.272 | 116.714 | 116.272 | (469) | 116.272 | 3% | 108.352 | 3% |
| Letras financeiras (LF) | 2 | 4.733 | 171.757 | - | 176.490 | 176.307 | 176.490 | 183 | 176.490 | 4% | 13.056 | 0% |
| Certificado de depósito bancário | 2 | 15.393 | - | - | 15.393 | 15.384 | 15.393 | 9 | 15.393 | 0% | 3.950 | 0% |
| Depósito a prazo com garantia especial | 2 | - | 5.386 | - | 5.386 | 5.377 | 5.386 | 9 | 5.386 | 0% | 5.046 | 0% |
| Quotas de fundos de investimentos - DPVAT | 2 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Letras financeiras do tesouro (LFT) | 1 | - | 30.376 | 56.558 | 334.198 | 334.198 | 334.198 | 15 | 334.198 | 8% | 320.695 | 9% |
| Letras do tesouro nacional (LTN) | 1 | - | 9.152 | - | 86.934 | 86.919 | 86.934 | 15 | 86.934 | 2% | 56.909 | 2% |
| Operações compromissadas (*) | 1 | - | - | - | 9.152 | 8.684 | 9.152 | 468 | 9.152 | 0% | 8.126 | 0% |
| Cotas de fundos de investimentos | 2 | - | - | - | 3.283.810 | 3.283.810 | 3.283.810 | - | 3.283.810 | 81% | 2.986.507 | 86% |
| Caixas/contas a pagar/contras a receber | 2 | 118 | - | - | 58.714 | 58.714 | 58.714 | - | 58.714 | 2% | - | 0% |
| Outros | 2 | - | - | - | 118 | 118 | 118 | - | 118 | 0% | (1) | 0% |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 327.732 | 1.157.634 | 246.259 | - | 1.731.625 | 1.705.078 | 1.731.625 | 26.547 | 1.731.625 | 26% | 1.621.239 | 27% |
| Carteira administrada | 327.732 | 1.157.634 | 246.259 | - | 1.731.625 | 1.705.078 | 1.731.625 | 26.547 | 1.731.625 | 100% | 1.621.239 | 100% |
| Notas do tesouro nacional (NTN-B) | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 614.041 | 38% |
| Notas do tesouro nacional (NTN-F) | 1 | - | 98.974 | 241.494 | 340.468 | 332.874 | 340.468 | 7.594 | 340.468 | 20% | 98.511 | 6% |
| Letras financeiras do tesouro (LFT) | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 269.200 | 17% |
| Letras do tesouro nacional (LTN) | 1 | 215.973 | 1.058.660 | - | 1.274.633 | 1.255.689 | 1.274.633 | 18.944 | 1.274.633 | 74% | 420.150 | 26% |
| Debêntures | 2 | - | - | 4.765 | 4.765 | 4.765 | 4.765 | - | 4.765 | 0% | 67.889 | 4% |
| Letras financeiras (LF) | 2 | 111.759 | - | - | 111.759 | 111.759 | 111.759 | 9 | 111.759 | 6% | 151.448 | 9% |
| Ativos mantidos até o vencimento | 100.767 | 729.610 | - | - | 830.377 | 830.377 | 909.123 | 78.746 | 830.377 | 12% | 934.098 | 15% |
| Fundo de investimento | 100.767 | 729.610 | - | - | 830.377 | 830.377 | 909.123 | 78.746 | 830.377 | 100% | 934.098 | 100% |
| Notas do tesouro nacional (NTN-B) | 1 | 100.767 | 575.182 | - | 675.949 | 675.949 | 735.077 | 59.128 | 675.949 | 81% | 749.084 | 80% |
| Notas do tesouro nacional (NTN-F) | 1 | - | 154.428 | - | 154.428 | 154.428 | 174.064 | 19.618 | 154.428 | 19% | 185.014 | 20% |
| Outras aplicações | - | - | - | 959 | 959 | 959 | 959 | - | 959 | 0% | - | 0% |
| Total | 449.354 | 2.219.569 | 302.817 | 3.677.681 | 6.649.421 | 6.622.659 | 6.728.167 | 105.508 | 6.649.421 | 100% | 6.057.975 | 100% |

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - *"Market to Model"* do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLIC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

| | 2019 | | 2018 | |
|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | Maior taxa | Menor taxa | Maior taxa | Menor taxa |
| NTN-F | 11,88% | 6,75% | 11,88% | 8,05% |
| LTN | 10,31% | 4,88% | 10,31% | 7,78% |
| CDB | 106,5% | 106,5% | 107,25% do CDI | 107,25% do CDI |
| DPGE | 108% do CDI | 108% do CDI | 108% do CDI | 108% do CDI |
| NTN-B | 108% do CDI | 108% do CDI | 108% do CDI | 108% do CDI |
| LFT | 100% do CDI | 100% do CDI | 100% SELIC | 100% SELIC |
| Debênture | 140,34% do CDI | 80% do CDI | 111,5% do CDI | 104,25% do CDI |
| Debênture | - | - | 108% do CDI | 108% do CDI |
| Debênture | - | - | 111,5% do CDI | 104,25% do CDI |
| Debênture | - | - | 108% do CDI | 108% do CDI |
| Letra financeira | 109,49% do CDI | 102,55% do CDI | 107,50% do CDI | 102,75% do CDI |

e) Movimentação das aplicações financeiras

| | 2019 | | 2018 | | | |
|-----------------------------------|------------------|------------------------------|-----------------------|------------------------------|----------------|------------------|
| | Saldo em 2018 | Aplicações Resgates | Ajuste ao valor justo | Redução ao valor recuperável | Rendimentos | Saldo em 2019 |
| Valor justo por meio do resultado | 3.502.638 | 7.198.855 (6.844.995) | - | - | 229.960 | 4.086.458 |
| Disponíveis para venda | 1.621.239 | 1.101.623 (1.106.545) | - | (315) | - | 1.731.626 |
| Mantidos até o vencimento | 934.098 | - (183.582) | - | - | 79.862 | 830.378 |
| Outras aplicações | - | 959 | - | - | - | 959 |
| Total | 6.057.975 | 8.301.437 (8.135.122) | (16.490) | (315) | 441.936 | 6.649.421 |

| | 2019 | | 2018 | | | |
|-----------------------------------|------------------|------------------------------|-----------------------|------------------------------|----------------|------------------|
| | Saldo em 2019 | Aplicações Resgates | Ajuste ao valor justo | Redução ao valor recuperável | Rendimentos | Saldo em 2018 |
| Valor justo por meio do resultado | 3.345.835 | 5.600.088 (5.626.087) | - | - | 182.802 | 3.502.638 |
| Disponíveis para venda | 1.198.816 | 560.666 (284.093) | - | 3.758 | 119.107 | 1.621.239 |
| Mantidos até o vencimento | 1.317.654 | - (495.353) | - | - | 111.797 | 934.098 |
| Total | 5.862.305 | 6.160.754 (6.405.533) | 22.985 | 3.758 | 413.706 | 6.057.975 |

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

| Derivativos | 2019 | | 2018 | | |
|--------------|------------|---------------------|-------------|-----------------------|----------------|
| | Quantidade | Valor de referência | Valor justo | Valor a receber/pagar | Vencimento |
| DI FUT (LTN) | (98) | 9.831 | 9.152 | (7) | Acima 360 dias |

| Derivativos | 2019 | | 2018 | | |
|--------------|------------|---------------------|-------------|-----------------------|----------------|
| | Quantidade | Valor de referência | Valor justo | Valor a receber/pagar | Vencimento |
| DI FUT (LTN) | (73) | 7.348 | 6.096 | (2) | Acima 360 dias |

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

| Ramos agrupados | 2019 | | 2018 | |
|---------------------------------------|-------------------|----------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | Prêmios a receber | Redução ao valor recuperável (*) | Prêmios a receber líquido | Prêmios a receber líquido |
| Prestamista | 1.489.151 | (4.031) | 1.485.120 | 1.313.961 |
| Vida individual | 317.116 | (483) | 316.633 | 252.128 |
| Seguro agrícola com cobertura do FESR | 119.658 | (1.599) | 118.059 | 100.463 |
| Seguro de vida do produtor rural | 155.347 | (217) | 155.130 | 151.159 |
| Seguro agrícola sem cobertura do FESR | 98.773 | (2.986) | 95.787 | 51.496 |
| Vida em grupo | 134.082 | (15.015) | 119.067 | 142.913 |
| Demais ramos | 2.504.326 | (24.127) | 2.265.999 | 2.244.744 |
| Total | 2.564.453 | (48.458) | 2.515.995 | 2.236.864 |

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3d ii

b) Movimentação de prêmios a receber

| | 2019 | | 2018 | |
|---|------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | Saldo inicial | Prêmios emitidos (+) IOf | Prêmios a receber líquido | Prêmios a receber líquido |
| Saldo inicial | 2.193.301 | 2.256.914 | 11.396.491 | 9.763.323 |
| (+) Prêmios emitidos (+) IOf | - | 26.506 | 27.265 | 27.265 |
| (+) Adicional de fracionamento | - | 212 | 1.124 | 1.124 |
| (-) Prêmios cancelados | - | (1.938.864) | (1.782.025) | (1.782.025) |
| (-) Reclassificação de Prêmio de resseguro aceito vendido | - | 21.021 | 21.021 | 21.021 |
| (-) Resgates | - | (9.177.777) | (8.091.474) | (8.091.474) |
| (Reversão)/constituição de redução ao valor recuperável | - | (4.895) | 17.109 | 17.109 |
| Saldo final | 2.515.995 | 2.193.301 | 2.515.995 | 2.193.301 |

c) Composição por prazo de vencimento

| | 2019 | | 2018 | |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Até 30 dias | 31 a 60 dias | 61 a 120 dias | 121 a 180 dias |
| A vencer até 30 dias | 571.282 | 175.352 | 536.524 | 130.563 |
| A vencer de 31 a 60 dias | 176.506 | 153.760 | 145.263 | 131.764 |
| A vencer de 61 a 120 dias | 282.853 | 2.003.981 | 246.869 | 885.104 |
| A vencer de 121 a 180 dias | 1.003.981 | 2.363.734 | 2.076.087 | 2.076.087 |
| A vencer de 181 a 365 dias | 136.915 | 11.119 | 97.682 | 13.709 |
| Total vencidos | 1.119.537 | 4.697.185 | 1.669.530 | 1.869.654 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 3.654 | 230 | 564 | 498 |
| Vencidos de 61 a 120 dias | 230 | 564 | 230 | 564 |
| Vencidos de 121 a 180 dias | 289 | 61 | 289 | 61 |
| Vencidos de 181 a 365 dias | 54 | 146 | 54 | 146 |
| Total | 1.526.261 | 5.226.026 | 1.634.208 | 1.634.208 |

9. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE SEGURO E RETOCESSÃO

a) Ativo

| | 2019 | | 2018 | |
|----------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|----------------|-----------------------------------|
| | Prêmio emitido líquido (nota 25b) | Prêmio de resseguro cedido (nota 25f) | Retenção | Prêmio emitido líquido (nota 25b) |
| Recuperação de sinistros | 95.068 | 168.117 | 168.117 | 168.117 |
| Outros créditos com ressegurador | 642 | 25.787 | 25.787 | 25.787 |
| Redução ao valor recuperável | - | (1.555) | - | (1.555) |
| Total | 95.710 | 192.349 | 192.349 | 192.349 |

b) Passivo

| | 2019 | | 2018 | |
|-----------------|-----------------|----------------------|-----------------|----------------------|
| | Prêmios cedidos | Comissão a recuperar | Prêmios cedidos | Comissão a recuperar |
| Prêmios cedidos | 425.265 | (102.478) | 404.522 | (93.067) |
| Total | 322.787 | 311.455 | 311.455 | 311.455 |

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

| Grupo de ramos | 2019 | | 2018 | |
|----------------|-----------------------------------|---------------------------------------|---------------|-----------------------------------|
| | Prêmio emitido líquido (nota 25b) | Prêmio de resseguro cedido (nota 25f) | Retenção | Prêmio emitido líquido (nota 25b) |
| Pessoas | 4.957.496 | 6.702 | 99,86% | 4.167.328 |
| Rural | 3.196.290 | 714.061 | 77,66% | 2.886.078 |
| Outros | 293.492 | 2.763 | 99,06% | 2.275 |
| Total | 8.447.278 | 723.526 | 91,43% | 7.325.943 |

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R\$ 3.152 e R\$ 39.635, respectivamente, (R\$ 39.813 e R\$ 87.208 em 31 de dezembro de 2018).

12. IMOBILIZADO

| | Saldo em 2018 | | Saldo em 2019 | |
|-------------------------------|---------------|----------|---------------|-------------|
| | Taxa anual | Adições | Baixas | Depreciação |
| Equipamentos | 20% | 19.143 | 4.259 | (46) |
| Móveis, máquinas e utensílios | 10% | 15.264 | 318 | (2.070) |
| Veículos | 20% | 1.778 | 349 | (229) |
| Outras imobilizações | 5,26% | 19.163 | 7.685 | (2.989) |
| Total | | 5 | | |



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

realizado o exame de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário apresentados pelas companhias. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens VI e VII.

| Nota | Período | Proba- bilidade | Provisão | | Depósito | | Valor do risco | |
|---------------------------------|-------------------|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------|----------------|
| | | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| (I) COFINS Prêmio de Seguros | 05/1999 a 05/2009 | Provável | 611.437 | 598.103 | 615.779 | 602.323 | 611.437 | 598.103 |
| (II) COFINS Receita financeira | 05/1999 a 05/2009 | Possível | - | - | 21.718 | 21.233 | 119.434 | 116.844 |
| (III) COFINS Receita financeira | 06/2009 a 12/2014 | Possível | - | - | - | - | 85.426 | 82.699 |
| (IV) PIS Receita financeira | 05/1999 a 05/2009 | Possível | - | - | - | - | 6.316 | 6.155 |
| (V) PIS Receita financeira | 06/2009 a 12/2014 | Possível | - | - | - | - | 13.882 | 13.439 |
| (VI) COFINS Receita financeira | 01/2015 a 12/2019 | Possível | - | - | - | - | 124.181 | 99.300 |
| (VII) PIS Receita financeira | 01/2015 a 12/2019 | Possível | - | - | - | - | 20.179 | 16.136 |
| Total | | | 611.437 | 598.103 | 637.497 | 623.556 | 980.855 | 932.676 |
| | | | | | | | Total risco provável | 611.437 |
| | | | | | | | Total risco possível | 369.418 |
| | | | | | | | Subtotal | 980.855 |

Notas I a V - Lei nº 9.718/1998 e notas VI a VII Lei nº 12.973/2014

Demais processos:

| Nota | Período | Proba- bilidade | Provisão | | Depósito | | Valor do risco | |
|---------------------------------|-------------------|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------------|------------------|
| | | | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| (1) PIS EC 17/1997 da CSLL | 03/1998 a 01/1999 | Provável | 13.169 | 12.977 | 15.825 | 15.595 | 13.169 | 12.977 |
| (2) IRPJ Deducibilidade da CSLL | 01/1997 a 12/2000 | Provável | 8.019 | 7.893 | 8.007 | 7.880 | 8.019 | 7.893 |
| (3) IRPJ Multa | 01/2002 | Remota | - | - | 225 | 220 | 225 | 220 |
| (4) CSLL aumento alíquota | 01/1996 a 12/1998 | Provável | 14.383 | 14.178 | 14.615 | 14.406 | 14.383 | 14.178 |
| (5) INSS s/PLR | 01/2000 a 12/2006 | Possível | - | - | 10.237 | 9.814 | 7.748 | 7.604 |
| (6) IRPJ e CSLL s/CPJ | 12/2009 a 12/2010 | Possível | - | - | - | - | 59.986 | 61.693 |
| (7) IRPJ s/Seguro Rural | 01/2014 a 12/2014 | Possível | - | - | - | - | 279.610 | - |
| Total | | | 35.571 | 35.048 | 48.909 | 47.915 | 383.140 | 104.565 |
| | | | | | | | Total risco provável | 35.571 |
| | | | | | | | Total risco possível | 347.344 |
| | | | | | | | Total risco remoto | 225 |
| | | | | | | | Subtotal | 383.140 |
| | | | | | | | Total geral | 1.363.995 |

Nota (1) PIS - EC nº 17/1997 - discute a exigibilidade do PIS. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado em 05/12/2018. Atualmente o processo encontra-se em fase de apuração para realização da execução da parcela que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. **Nota (2) IRPJ** - pleiteou o direito de deduzir a despesa relativa à CSLL da formação da base de cálculo do IRPJ, nos períodos-base de 1997 a 2000. Julgado de forma desfavorável, encontra-se em fase de execução para conversão dos depósitos em pagamento definitivo. **Nota (3) IRPJ** - discutiu a exigência de multa sobre recolhimento de IRPJ - competência janeiro de 2002 em 2003 - realizado sob o instituto de denúncia espontânea, desconsiderado pela Receita Federal. Julgado de forma favorável com trânsito em julgado, aguarda levantamento do depósito judicial. **Nota (4) CSLL** - discutiu a majoração da alíquota da CSLL - Lei nº 9.249/1995 e nº 9.316/1996, EC nº 10/1996, e Lei nº 13.169/2015. Sobre a Lei nº 9.316/1996 e da EC nº 10/1996, obteve resultado parcialmente favorável, reconhecendo o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos sob alíquota superior a 18%. Os demais aspectos da ação foram julgados improcedentes, e os valores depositados judicialmente serão convertidos em pagamento definitivo em favor da União. Quanto à Lei nº 9.249/1995, obteve resultado parcialmente favorável, apenas no aspecto de violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. O processo foi remetido ao TRF para julgamento das questões remanescentes, onde se encontra sobrestado, até pronunciamento definitivo do STF no RE 578.846. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. Sobre a Lei nº 13.169/2015 - aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, aguarda julgamento de Apelação, mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. A probabilidade de perda é classificada como possível. **Nota (5) Contribuições Previdenciárias** - discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Inicialmente foi proferido julgamento favorável em sede apelação. A União opôs embargos de declaração, os quais foram providos para fins de atribuir efeito modificativo ao acórdão. Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso Especial e Recurso Extraordinário interpostos. **Nota (6) IRPJ e CSLL - Juros sobre Capital Próprio** - autuada em razão de pagamento de juros sobre o capital próprio retroativo. Julgado de forma desfavorável na esfera administrativa. Diante do término do processo administrativo, foi ajuizada Ação Anulatória de Débito Fiscal, sendo que houve deferimento do pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade do referido crédito tributário. **Nota (7) IRPJ sobre o resultado de Seguro Rural** - autuada em razão da dedução do resultado de Seguros Rurais da base de cálculo do IRPJ, no ano-calendário de 2014. Atualmente o processo aguarda julgamento da impugnação apresentada. **Trabalhistas** - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos. **Cível** - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligadas a coberturas securitárias, neste caso incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária) ou questões envolvendo cobertura de assistência técnica.

b) Movimentação

| | 2019 | | | | 2018 | | | |
|------------------------------|----------------|--------------|---------------|----------------|----------------|--------------|---------------|----------------|
| | Fiscais | Trabalhistas | Cíveis | Total | Fiscais | Trabalhistas | Cíveis | Total |
| Saldo inicial | 633.151 | 381 | 14.945 | 648.477 | 617.198 | 546 | 78.221 | 695.965 |
| Constituições/ reversões (*) | - | 896 | 12.059 | 12.955 | - | (229) | (29.693) | (29.922) |
| Atualização monetária | 13.857 | (504) | (624) | 12.729 | 15.953 | 64 | (10.812) | 5.205 |
| Pagamentos | - | - | (5.12.233) | (12.238) | - | - | (22.771) | (22.771) |
| Saldo final | 647.008 | 768 | 14.147 | 661.923 | 633.151 | 381 | 14.945 | 648.477 |

(*) Em 31 de dezembro de 2018 R\$ 40.623 do saldo das ações judiciais foram classificadas de Provisões de Outras Contingências Cíveis - POC para PSU - nota explicativa nº31.

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda

| | 2019 | | | 2018 | | |
|---------------------|--------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|
| | Quantidade | Valor da causa | Valor da provisão | Quantidade | Valor da causa | Valor da provisão |
| Fiscais | 12 | 1.084.557 | 647.008 | 14 | 1.037.414 | 633.151 |
| Provável | 5 | 647.008 | 647.008 | 4 | 620.174 | 620.174 |
| Possível | 6 | 437.324 | - | 10 | 417.240 | 12.977 |
| Remota | 1 | 225 | - | - | - | - |
| Trabalhistas | 97 | 5.030 | 768 | 17 | 5.593 | 381 |
| Provável | 37 | 768 | 768 | 6 | 939 | 381 |
| Possível | 32 | 3.066 | - | 1 | 164 | - |
| Remota | 28 | 1.196 | - | 10 | 4.490 | - |
| Cíveis | 5.876 | 157.640 | 14.147 | 5.561 | 401.173 | 14.945 |
| Provável | 1.143 | 15.328 | 14.147 | 1.171 | 74.660 | 14.945 |
| Possível | 3.441 | 116.471 | - | 3.746 | 272.440 | - |
| Remota | 1.292 | 25.841 | - | 644 | 54.073 | - |
| Total | 5.985 | 1.247.227 | 661.923 | 5.592 | 1.444.180 | 648.477 |

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 655.745 (R\$ 655.745 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 698.763 ações nominativas sem valor nominal (698.763 ações em 31 de dezembro de 2018), sendo 380.763 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Lucro líquido do exercício | 1.399.765 | 1.506.570 |
| Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício | 803.748 | 687.418 |
| Juros sobre o capital próprio pagos no exercício | - | 60.000 |
| Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores | 759.152 | 755.881 |
| Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos | 1.562.900 | 1.503.299 |
| Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício | 57% | 50% |
| Distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio: | | |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações ordinárias | 851.640 | 819.163 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações preferenciais | 711.260 | 684.136 |
| Quantidade de ações: | | |
| Ações ordinárias | 380.763 | 380.763 |
| Ações preferenciais | 318.000 | 318.000 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos por ação: | | |
| Ações ordinárias | 2,23667 | 2,15137 |
| Ações preferenciais | 2,23667 | 2,15137 |

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O valor constituído em 2019 está limitado a 20% do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

| Ramos | Prêmios ganhos | | Sinistralidade | | Custo de aquisição | |
|--|------------------|------------------|----------------|---------------|--------------------|---------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Vida em grupo | 1.408.623 | 1.913.045 | 40,63% | 31,38% | 34,32% | 29,48% |
| Prestamisto | 1.457.100 | 1.174.537 | 23,52% | 30,97% | 51,18% | 46,25% |
| Seguro de vida do produtor rural | 1.005.304 | 898.485 | 20,01% | 16,12% | 46,91% | 44,49% |
| Penhor rural instituições financeiras privadas | 796.318 | 715.963 | 26,80% | 25,37% | 17,87% | 10,55% |
| Seguro agrícola com cobertura do FESR | 773.444 | 746.739 | 5,63% | 73,08% | 8,59% | 8,03% |
| Acidentes pessoais coletivo | 472.853 | 566.713 | 9,69% | 9,46% | 32,09% | 26,30% |
| Vida individual | 495.146 | 369.478 | 14,94% | 16,36% | 40,90% | 40,97% |
| Seguro agrícola sem cobertura do FESR | 423.631 | 357.605 | 138,52% | 67,94% | 9,25% | 7,13% |
| Doenças graves ou doença terminal | 165.398 | 167.546 | 27,75% | 29,06% | 36,46% | 36,53% |
| Demais ramos | 555.138 | 521.689 | 25,21% | 31,63% | 24,97% | 20,66% |
| Total | 7.552.955 | 7.431.800 | 37,16% | 32,39% | 33,13% | 28,76% |

b) Prêmios emitidos líquidos

| | 2019 | 2018 |
|--|--------------------|--------------------|
| Prêmios diretos | 8.490.065 | 7.373.338 |
| Prêmios de coseguros aceitos | 8.219.546 | 7.180.789 |
| Repasse DPVAT | 230.884 | 105.341 |
| | 39.635 | 87.208 |
| c) Sinistros ocorridos | (2.807.048) | (2.407.041) |
| Sinistros | (2.662.806) | (2.221.699) |
| Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR | (58.995) | (37.550) |
| Provisão de despesas relacionadas - PDR | (74.150) | (88.550) |
| Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR | 13.044 | (38.125) |
| Serviço de assistência | (28.921) | (24.817) |
| Salvados | 3.395 | 1.935 |
| Ressarcimentos | 1.385 | 1.965 |
| d) Custo de aquisição | (2.502.025) | (2.137.251) |
| Comissões | (2.295.982) | (1.900.379) |
| Comissão adicional (**) | (443.676) | (276.069) |
| Comissões de estipulantes | (60.238) | (51.713) |
| Remuneração de agências | (49.499) | (77.051) |
| Despesas com apólices e/ou contratos | (20.601) | (23.727) |
| Despesas com inspeção de riscos | (453) | (935) |
| Varição das despesas de comercialização diferidas | 368.424 | 192.623 |
| e) Outras receitas e despesas operacionais | (311.595) | (248.858) |
| Contribuição ao FESR | (213.663) | (186.488) |
| Redução ao valor recuperável - RVR (*) | 3.766 | 48.181 |
| Contingências cíveis | (13.842) | (10.942) |
| Endomarketing | (48.169) | (42.244) |
| Despesas com cobrança | (9.629) | (13.781) |
| Apólices e contratos | (4.233) | (1.680) |
| Despesas com subsídio agrícola | - | (25.274) |
| Outras | (25.825) | (16.630) |
| f) Resultado com operações de resseguro | 348.288 | (94.065) |
| Recuperação de indenização | 1.020.732 | 669.510 |
| Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR | 15.662 | 11.954 |
| Recuperação de indenização - PDR e IBNR | (322) | 247 |
| Despesas com resseguro | (687.784) | (775.776) |
| Prêmios de resseguro | (752.628) | (822.845) |
| Prêmios de resseguro cancelados | 32.285 | 9.104 |
| Prêmios de resseguro restituídos | 290 | 1.438 |
| Salvados das provisões de resseguro | 31.760 | 37.051 |
| Outras e ressarcimentos | 509 | (524) |
| g) Despesas administrativas | (412.149) | (349.134) |
| Pessoal próprio | (177.446) | (142.893) |
| Serviços de terceiros | (102.104) | (86.883) |
| Localização e funcionamento | (98.531) | (74.597) |
| Publicidade e propaganda | (8.100) | (14.278) |
| Donativos e contribuições | (16.194) | (19.484) |
| Outras despesas administrativas | (10.044) | (10.999) |

| | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| h) Despesas com tributos | (240.094) | (253.311) |
| COFINS | (208.592) | (218.117) |
| COFINS - Crédito tributário | 8.080 | 5.176 |
| PIS - Crédito tributário | (34.008) | (34.020) |
| Taxa de fiscalização | 1.457 | 697 |
| Outras despesas com tributos | (2.696) | (2.711) |
| i) Resultado financeiro | 351.955 | 393.581 |
| Receitas financeiras | 493.001 | 443.099 |
| Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado | 229.960 | 182.802 |
| Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda | 132.114 | 119.107 |
| Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento | 79.862 | 111.797 |
| Rendimento equivalentes de caixa | 408 | 324 |
| Atualização de depósitos judiciais | 41.733 | 25.299 |
| Operações de seguros | 5.577 | 1.899 |
| Outras receitas financeiras | 3.347 | 1.871 |
| Despesas financeiras | (141.046) | (49.518) |
| Atualização monetária sobre provisões de sinistros a liquidar (***) | (81.578) | 474 |
| Atualização monetária sobre provisões judiciais | (12.729) | (12.411) |
| Operações de seguros | (26.676) | (24.122) |
| Redução ao valor recuperável - aplicações | (315) | 3.75 |



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Brasilseg Companhia de Seguros
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilseg Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador - CRC 1SP252419/O-0

DIRETORIA

Ivandrê Montiel da Silva
Diretor Presidente

Enrique De La Torre Velasco
Diretor Vice-Presidente

Adilson José Cardoso Pereira

Paulo Manuel Ferreira Leite Almeida

Sérgio Wagner Marins Barbosa

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves
CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osada Okada
MIBA 1031

**Seguros
para a vida.**

